

O RURAL NA HISTÓRIA. EUCLIDES DA CUNHA, JOSÉ VERÍSSIMO E FERREIRA DE CASTRO: TRÊS NARRATIVAS AMAZÔNICAS.

Eli de Fátima Napoleão de Lima

RESUMO

O artigo analisa três narrativas constitutivas do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, com ênfase especial na obra de Euclides da Cunha (1866-1909). Seus escritos amazônicos são tratados como narrativas que, carregadas de “literaturidade”, criticam e reproduzem a ideologia de sua época. Narrativas que inauguram, indicam e estabelecem um vasto campo para interpretações futuras da Amazônia. Através da comparação com José Veríssimo (1857/1916) e Ferreira de Castro (1898/1974), perscrutamos outras obras e visões que têm a Amazônia como cenário.

Palavras-chave: História, Narrativa, Literatura, Interpretação, Amazônia.

THE RURAL IN THE HISTORY - EUCLIDES DA CUNHA, JOSÉ VERÍSSIMO AND FERREIRA DE CASTRO: THREE AMAZON NARRATIVES.

ABSTRACT

The article analyzes three constitutive narratives of the Brazilian imaginary on Amazon, with special emphasis on Euclides da Cunha (1866-1909) work. His Amazonian writings are dealt as narratives charged of “literaturidade”, which criticize and reproduce the ideology of his time. Narratives that inaugurate, indicate and establish a wide field for future interpretations of the Amazon. By comparing with José Veríssimo (1857/1916) and Ferreira de Castro (1898/1974), we watch over other views that have the Amazon as scenario.

Key words: History, Narrative, Literature, Interpretation, Amazon.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um excerto de minha Tese de Doutorado intitulada “História e narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia”, voltada para a análise das diversas narrativas constitutivas do imaginário brasileiro sobre a Amazônia, com ênfase na obra de Euclides da Cunha (1866-1909) - narrativa consagrada sobre os sertões nordestinos e sobre a Amazônia - atentando para os sentidos histórico-culturais, literários e políticos de sua obra. Narrativa que inaugura, atinge, estabelece um vasto campo para interpretações e investidas futuras da e na região.

Assim, é na perspectiva de considerarmos a Amazônia dos escritos de Euclides da Cunha como parte de uma vasta história de especulações sobre a Hiléia e suas experiências, que o consideramos precursor das concepções futuras da região, muito evidenciada na polarização Inferno / Paraíso, visando apreender o significado dessa dicotomia, por ele enfatizada, para melhor entender as diversas investidas sobre a região. Como contraponto, trazemos as concepções de José Veríssimo e Ferreira de Castro.

Torna-se importante frisar que o texto se insere no âmbito de uma trajetória de pesquisa marcada pela preocupação com as possibilidades interpretativas das relações História/Literatura, especialmente tendo em conta a questão de em que medida, e com que cautelas, ensaios e, sobretudo, ficções, apesar de sua relativa autonomia estética, podem ser lidos como documentos ou estudos sociais e históricos. A questão crucial, nessa perspectiva, não seria

definir o que é literatura, o que é narrativa, ou qual a diferença entre uma e outra, mas, o que é a história e como os textos e a compreensão que temos deles se relacionam com a história. Para Fredric Jameson é antiquada a *interpretação* que continua perguntando ao texto o que ele significa, quando poderia ser perguntado como ele funciona (JAMESON, 1992).

Se entendermos tanto literatura quanto narrativa como produção cultural, a proposta de Jameson torna-se esclarecedora: a narrativa é um ato socialmente simbólico.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Muitos foram os trabalhos aos quais recorreremos e que nos serviram como uma espécie de guia, mas estivemos trabalhando basicamente com três autores: Terry Eagleton, Edward Said e Fredric Jameson.

A abordagem de Terry Eagleton parece-nos de grande valia quando se utiliza da definição de literatura como escrita “imaginativa”, como ficção, escrita que não é literalmente verídica, para perguntar: “o fato de a literatura ser a escrita ‘criativa’ ou ‘imaginativa’ implicaria serem a história, a filosofia e as ciências sociais não criativas e destituídas de imaginação?” Para Eagleton, há necessidade de uma abordagem absolutamente diferente. A literatura pode ser definida não por ser ficcional ou “imaginativa”, mas pelo emprego da linguagem de forma peculiar.

Tal definição de literário foi proposta

pelos formalistas russos, como Vitor Sklovski, Roman Jakobson, Osip Brik, Yuri Tymyanov, Boris Eichenbaum e Boris Tomashevsky. Por que essa definição nos interessa especialmente? Porque, para esses autores, o caráter literário provinha das relações *diferenciais* entre um tipo de discurso e outro, o que não era uma característica perpétua. Não se tratava de definir a literatura e sim a literariedade — “os usos especiais da linguagem — que não apenas podiam ser encontrados em textos literários, mas também em muitas outras circunstâncias exteriores a eles” (EAGLETON, 1997, p. 07).

Desta feita, acreditamos ter chegado próximo ao que intentamos: tratar os escritos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia (notadamente os que estão insertos em *À Margem da História*, 1909) como narrativa, relato de sua experiência sobre e na região, narrativa esta que, carregada desta “literariedade” — que critica e reproduz a ideologia de sua época (como missionário do progresso) — inaugura, indica, atinge, estabelece um vasto campo para as interpretações futuras de Amazônia.

Estivemos sempre imbuídos de que devemos estar basicamente atentos para as condições de produção do texto — quadro institucional, aparelho ideológico no qual ele se inscreve, representações que a ele subjazem, conjuntura política, relação de forças, efeitos estratégicos procurados, etc. Lemos a obra individual de Euclides da Cunha, assim a nordestina como a amazônica, como diria Edward Said em outro contexto,

inicialmente como grandes frutos

da imaginação criativa ou interpretativa, e depois mostrá-las como parte da relação entre cultura e império. Não creio que os escritores sejam mecanicamente determinados pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas acho que estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus. A cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica... (SAID, 1995, p. 23)

Temos clareza que Said trabalha, privilegiadamente, o romance. De qualquer forma, assim como examina o romance como uma forma cultural que julga ter sido de “enorme importância na formação de atitudes, referências e experiências imperiais” (SAID, 1995, p. 02), pondero que a narrativa euclidiana da Amazônia também exerceu enorme influência na formação de atitudes, referências e experiências “imperiais” na região.

CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO EMPÍRICO

Em que possa pesar imprecisões de ordem conceitual, estaremos aqui tomando sertão, selva, natureza, terra, como partes constituintes do que reconhecemos como rural ou, ainda, mundo rural. Por outras palavras, e evidentemente, não estaremos nos referindo às capitais amazônicas, notadamente Belém e Manaus.

Do *Pequeno Dicionário de Literatura Brasileira*, no tocante ao grupo de escritores que teriam contribuído para a formação de uma literatura regionalista da Amazônia, consta:

Em síntese decerto imperfeita, poder-se-ia dizer que suas produções literárias representam ou refletem, de um lado, o sentimento de inferioridade ou de humilhação do Homem, como que esmagado pelas forças da natureza, nessa terra amazônica que – no dizer de um observador – ‘amedronta e cansa pela monotonia invariável do grandioso’, e de outro lado funcionam como documento social e humano, enfocando situações e tipos ligados principalmente às indústrias básicas da região como a pesca, a extração do cacau e a atividade nos seringais. (MASSAUD e PAES, 2011, p. 41)

Trocando em miúdos: a personificação da terra como inimigo a ser vencido é um fato. Dificilmente se encontrará quem tenha conseguido escapar do arquétipo inferno ou paraíso que teve quatrocentos anos de repetição para consolidar-se (MALIGO, 1985). Excetuem-se, poucos, que empregaram a metáfora criticamente, como Márcio Souza, que observando o poeta Elson Bacellar, afirma que este “não tem

nojo da selva, está familiarizado com a sua anarquia de vida e morte”¹.

O que gostaríamos de destacar é que a personificação da natureza como um inimigo a ser vencido, mais do que evidenciada em Euclides da Cunha (1866/1909)², foi seguida por outros autores e apropriada pela burocracia do Estado preocupada em buscar uma “identidade” para a Amazônia.

A prática do povoamento da região pela colonização no Império seguida da emigração “espontânea” de nordestinos continuou na República Velha e não se interrompe: nos anos 1970/80, o migrante mandado, por exemplo, para Rondônia, em ônibus alugados pelo Governo era o degradado contemporâneo, aqueles que na sua terra de origem “representava um empecilho à ordem econômica que favorece o regime da grande propriedade” (MALIGO, 1985, p. 86).

Na prosa amazônica de Alberto Rangel, Gastão Cruls e Peregrino Júnior se evidencia que a ideologia da conquista embota, não permite que o escritor veja o degradado como ele, realmente, é. Tomemos como um exemplo o caso de Peregrino Júnior³ que retrata com cuidado os costumes, as paisagens e o linguajar da Amazônia, o que não o exime de estereótipos. De todo modo, a preocupação com o caráter documental de seus escritos é relevante. No en-

1. Apud MALIGO (1985, p. 85).

2. Euclides da Cunha segue para a Amazônia “longínqua” representando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil na condição de Chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, na fronteira Brasil/Peru, cujos resultados iriam dar base ao Tratado de 1909 que fixaria os limites do Brasil com o Peru, no Acre, recém anexado ao Brasil (missão realizada em 1904/5).

3. Puçanga (1929), Matupá (1933), Histórias da Amazônia (1936) e A Mata Submersa (1960) e os contos “O Paroara” e “O Gapuiador”.

tanto, o escritor está marcado por símbolos, já desgastados, “característicos” da Amazônia.

A caracterização da região como espaço sem lei; a imagem de luta incessante, do isolamento, do luto, do dilúvio, do silêncio, da escuridão; e, a denúncia social realizada pelas referências ao exilado (Amazônia como lugar de exílio), constitui o modelo ou o protótipo dos textos sobre a Amazônia gestados em princípios do Século XX. Nem tudo, contudo, obedece a essa denominação, como se verá mais adiante.

A narrativa euclidiana da Amazônia está carregada de pessimismo. A natureza é adversária do homem e o progresso ali pretendido só seria possível em um “futuro remotíssimo”. Quando indicamos que as fontes da narrativa euclidiana sobre a Amazônia, estudadas como parte dos preparativos da expedição (ou para a operação de campo), são constituídas em grande parte por viajantes estrangeiros, marcados pelo *assombroso*, pelo *exótico* e, principalmente, pela imagem de missão e fardo do homem civilizado na conquista do *Inferno Verde*, estamos querendo marcar que informações o autor buscara para enfrentar a Amazônia e que sua leitura e visão de mundo estavam moldadas por essas informações. Evidencia-se que Euclides da Cunha adapta expressões de enorme efeito espetacular, como estratégia de estetização e convencimento que coloca o leitor diante de um espetáculo, espectador diante de uma narrativa que o leva a visualizar, ouvir, sentir, convencer-se.

Assim, tomemos, para exemplo, primeiro o clima.

Na definição climática das circunscrições territoriais criadas pelo Tratado de Petrópolis tem-se incluído sempre um elemento curiosíssimo, ante o qual o psicólogo mais rombo suplanta a competência do Professor Hann, ou qualquer outro mestre em coisas meteorológicas: o desfalecimento moral dos que para lá seguem e levam desde o dia da partida a preocupação absorvente da volta no mais breve prazo possível. Cria-se uma nova sorte de exilados — o exilado que pede o exílio, lutando por vezes para o conseguir, repelindo outros concorrentes, ao mesmo tempo que vai adensando na fantasia alarmada as mais luto-sas imagens no prefigurar o paraíso tenebroso que o atrai.

Parte, e leva no próprio estado emotivo a receptividade a todas as moléstias.

(...)

Dentro dos lineamentos largos das características fundamentais do clima quente para onde ele se desloca, urde-se a trama de uma higiene individual, onde se prevêm todas as necessidades, todos os acidentes e até os perigos da instabilidade orgânica inevitável à fase fisiológica da adaptação a um meio cósmico, cujo influxo deprimente sobre o europeu vai da musculatura, que se desfibra, à própria fortaleza de espírito, que

se deprime. (...) De permeio com os preceitos vulgares para o reagir contra a temperatura alta e a umidade excessiva, que se lhe abatem a tensão arterial e a atividade, lhe trancam as válvulas de segurança dos poros e lhe fatigam o coração e os nervos, criando-lhe ao cabo, a iminência mórbida para os males que se desdobram do impaludismo que lhe solapa a vida, às dermatoses que lhe devastam a pele — despontam, mais eficazes e decisivos, os que os aparelham para reagir aos desânimos, à melancolia da existência monótona e primitiva; às amarguras crescentes da saudade; à irritabilidade provinda dos ares intensamente eletrizantes e refulgentes; ao isolamento — e, sobretudo, ao quebrantar-se da vontade numa decadência espiritual subitânea e profunda que se afigura a moléstia única de tais paragens, de onde as demais se derivam como exclusivos sintomas...⁴

Da terra e do homem:

Atravessa quinze dias infindáveis a contornar a nossa costa. Entra no Amazonas. Reanima-se um momento ante a fisionomia singular da terra; mas para logo acabrunha-o

a imensidade deprimida — onde o olhar lhe morre no próprio quadro que contempla, certo enorme, mas em branco e reduzido às molduras indecisas das margens afastadas. Sobe o grande rio; e vão-se-lhe os dias inúteis ante a imobilidade estranha das paisagens de uma só cor, de uma só altura e de um só modelo, com a sensação angustiosa de uma parada na vida: atônicas todas as impressões, extinta a idéia do tempo, que a sucessão das aparências exteriores, uniformes, não revela — e retraída a alma numa nostalgia que não é apenas a saudade da terra nativa, mas da Terra, das formas naturais tradicionalmente vinculadas às nossas contemplações, que ali não se vêem, ou não se destacam na uniformidade das planuras...

Entra por um dos grandes tributários, o Juruá e o Purus. Atinge o seu objetivo remoto; e todos os desalentos se lhe agravam. A terra é, naturalmente, desgraciosa e triste, porque é nova. Está em ser. Faltam-lhe à vestimenta de matas os recortes artísticos do trabalho.

Há paisagens cultas que vemos, por vezes, subjetivamente, como um reflexo subconsciente de velhas contemplações ancestrais... Ali, não. Desaparecem as formas topográficas mais associadas à existência humana. Há alguma coisa extraterrestre

4. CUNHA, Euclides da. Um paraíso perdido (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) 2ª.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994, pp. 52/55.

naquela natureza anfíbia, misto de águas e terras, que se oculta, completamente nivelada, na sua própria grandeza. E sente-se bem que ela permanecerá para sempre impenetrável se não se desentranhasse em preciosos produtos adquiridos de pronto sem a constância e a continuidade das culturas. As gentes que a povoam talham-se pela bravura. Não a cultivam, aformoseando-a: domam-na...⁵

Na verdade, toda a retórica de Euclides da Cunha faz parte de seu arcabouço para viabilizar o progresso, para indicar a sua necessidade, sob as perspectivas e soluções por ele apontadas. O escritor pretendia oferecer uma visão própria, sua, única — quem sabe a verdadeiramente primeira — daquela empreitada. No prefácio a *O Inferno Verde*, de Alberto Rangel, Euclides da Cunha destrincha esse “futuro remotíssimo”. Avaliando suas fontes diz:

Lemo-los; instruímo-nos; edificamo-nos; apercebemo-nos dos rigorosos ensinamentos quanto às infinitas faces, partículas necessárias, da terra; e, à medida que as distinguimos melhor, vai-se-nos turvando, mais e mais, o conspecto da fisionomia geral. Restam-nos muito traços vigorosos e nítidos, mas largamente desunidos. Escapa-se-nos de todo a

enormidade que só se pode medir repartida: a amplitude, que se tem de diminuir, para avaliar-se; a grandeza, que só se dizia ver, apequenando-se, através dos microscópios: e um que se dosa, a pouco e pouco, lento e lento, indefinidamente, torturantemente...

(...)

É natural. A terra ainda é misteriosa. O seu espaço é como o espaço de Milton: esconde-se a si mesmo.

(...)

É a guerra de mil anos contra o desconhecido. O triunfo virá ao fim de trabalhos incalculáveis, em futuro remotíssimo, ao arrancarem-se os verdadeiros véus da paragem maravilhosa, onde hoje se nos esvaem os olhos deslumbrados e vazios.

Mas então não haverá segredos na própria Natureza. A definição dos últimos aspectos da Amazônia será o fecho de toda a História Natural...⁶

À necessidade de ser útil, juntava-se uma inequívoca necessidade de alcançar um lugar de destaque nos destinos da República. É sintomática a escolha do roteiro da expedição por um rumo diferente daquele realizado por William Chandless. Como afirmado por José Carlos Barreto de Santana, em *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*,

5. Ibid., pp. 52/53.

6. Ibid., pp. 200/201.

Nos meios científicos a valorização da ‘descoberta’ é um dos aspectos mais consagrados. Tratando-se de Euclides da Cunha que, ao longo deste trabalho, vem aparecendo como alguém que buscava o reconhecimento da comunidade científica, revelar para o mundo culto a existência de um novo ‘fato geográfico’ certamente se constituía num elemento de grande importância. Talvez isso explique, em parte, a persistência do Chefe da Comissão Brasileira em prosseguir os trabalhos no trecho final do Purus, nas condições mais adversas, em virtude do esgotamento físico dos integrantes e da escassez de recursos materiais, que são apontados nas ‘Notas Complementares’. (SANTANA, 2001, p. 172)

Através da comparação com outros dois autores que têm a Amazônia como cenário, José Veríssimo (1857-1916) e Ferreira de Castro (1898-1974), perscrutamos sobre outras possíveis visões de Amazônia.

É importante frisar que intentávamos uma análise das “três obras” no que elas têm de fundamento para as suas narrativas: a Amazônia espoliada, ou ainda, o cenário amazônico como tema, muito especialmente, aquele da produção do látex. Os textos de Euclides da Cunha e José Veríssimo têm uma aproximação pela geração partilhada: José Veríssimo foi um daqueles homens ilustres que viabilizaram a ida de Euclides para a Amazônia, foi um dos que ajudaram a guindar *Os Sertões* às alturas. Os

escritos amazônicos de Euclides da Cunha cobrem o período que vai de 1898 (com a publicação do artigo “Fronteira Sul do Amazonas: Questões de Limites”, no *O Estado de São Paulo*) a 1909 (com a publicação do livro póstumo *À Margem da História*). Os de José Veríssimo, de 1878 (com a publicação de “As populações indígenas e mestiças da Amazônia. Sua linguagem, suas crenças e seus costumes — contribuição para o estudo da psicologia do povo brasileiro”, cujo primeiro título foi “Raças cruzadas do Pará” publicado no livro *Primeiras Páginas*) a 1915 (com a publicação do artigo “Interesses da Amazônia”, no *Jornal do Comércio*).

Como dissemos, tratamos os textos como narrativas. Temos a clareza de que o texto de Ferreira de Castro é um romance, o que lhe atribuiria, em princípio, um caráter diverso dos escritos dos outros dois autores. Mas, ele aqui está por mais um motivo: conquanto possa ser tido como ficção, consideramos *A Selva* um romance prenhe de verdades as mais aflitivas sobre o terrível e patético drama do seringueiro na Amazônia. A primeira edição do livro é de 1930, escrito 15 anos após sua experiência por quatro anos, vivida no seringal *Paraíso*, no mesmo Acre, espaço geográfico-tema de Euclides da Cunha. O tempo que separa o romance de Ferreira de Castro das narrativas de Euclides da Cunha e de José Veríssimo só nos ajuda na nossa proposição de que há uma narrativa ininterrupta sobre a “hostilidade” da natureza amazônica. Em que pesem as diferenças de abordagem, entendimento e compreensão.

José Veríssimo, igualmente profundo

conhecedor da obra de naturalistas e viajantes, à diferença de Euclides da Cunha, travava com eles um diálogo em que postulava conceber a experiência amazônica como resultado do fato da colonização ali empreendida. No prefácio aos *Estudos Amazônicos*, afirmava Arthur Cezar Ferreira Reis que o escritor participava ativamente do movimento cultural que girava em torno da Sociedade Paraense de Estudos Históricos e do Museu Paraense de História Natural (hoje Museu Paraense Emílio Göeldi) e “era o mais decidido dos que o integravam. Fazia literatura de ficção, mas fazia, igualmente, a literatura científica, nos estudos acerca das populações mestiças locais”⁷.

A influência exercida pela obra de Augusto Comte sobre o espírito de José Veríssimo pode ser vislumbrada nos *Estudos de Literatura Brasileira*. “A obra de Augusto Comte é dessas que se podem combater, mas que se não podem negar. O seu valor é, sem exagero, enorme, e a sua influência, principalmente a não confessada, considerável”⁸.

Como era um espírito objetivo e de ciência, o atraía a busca da verdade, como era igualmente a motivação declarada de Euclides da Cunha (“restabelecer a verdade”). Resultariam dessa perspectiva seus trabalhos sobre a “Pesca na Amazônia”, as “Cenas da Vida Amazônica”, os “Esboços”, a “Amazônia, aspectos econômicos”, e o estudo “Populações indígenas e mestiças da Amazônia”. Veríssimo tivera a

oportunidade de fazer parte de uma expedição ao interior da grande bacia hidrográfica. Foi empregado da Companhia de Navegação do Amazonas e, por concurso, foi amanuense da Secretaria do Estado, concomitantemente colaborava nos jornais *O Liberal e Diário do Grão-Pará*. Fundou *A Gazeta do Norte*. Participa na Europa, em 1881, aos 24 anos, do Congresso Literário Internacional com um trabalho sobre o movimento literário no Brasil, recebendo a Comenda da Ordem de Cristo. Em 1883, já de volta a Belém, colaboraria no *A Província do Pará*, no *O Comércio do Pará* e na *A República* e, fundaria a *Revista Amazônica*, que investia com vigor em cultura na região. Em 1884, fundou o Colégio Americano e introduziu uma novidade em todo o Brasil: a educação física e o jardim da infância.

Novamente na Europa, em 1889, tomou parte do Congresso de Antropologia e Pré-História, realizado em Paris, apresentando uma tese sobre “O Homem do Marajó e a Antiga Civilização Amazônica”. Em 1891, sai de Belém, definitivamente, para o Rio de Janeiro. Iniciar-se-ia na crítica literária com a fundação do *Jornal do Brasil* (1892), de Rodolfo Dantas.

O crítico ponderava que o tapuio e o mameluco resultariam desse contato de uma raça selvagem, inferior, perseguida e envilecida pela escravidão, assim como pelo desmembramento de sua rudimentar família, com aquela raça civilizada, superior, mal educada, repre-

7. Arthur Cezar Ferreira Reis no prefácio a VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 4.

8. VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970. p. 141.

sentada pelo que tinha de pior.

Para o estado moral resultante teriam concorrido, então, o meio no qual se efetivaram os cruzamentos, o ódio à civilização detonado pela perseguição e pelo aviltamento, e mais “um clima enervante a vencer, a subjugar o homem, uma natureza extraordinariamente pródiga, a ponto de quase fazer cessar a luta pela vida”. Veríssimo somava a esse meio natural pródigo “o abandono em que os deixam as nossas circunstâncias políticas” para ponderar que, talvez, sob essas, mais do que o simples fato dos cruzamentos ou a incapacidade absoluta do índio para a civilização, [estão] as causas do seu abatimento”⁹.

Essa questão de que a prodigalidade da natureza que tudo oferta (rios infinitamente piscosos, florestas onde a caça é farta, a existência de produtos úteis de toda a espécie) seria a “responsável” pela indolência do caboclo permeia, no senso mais comum, a visão mais corriqueira que se fez da região. Em um patamar, digamos, mais “analítico”, o caboclo, desde há muito, dado que percebera a força de sua “inimiga”, preferiu apegar-se ao recurso da acomodação, da adaptação, a travar uma luta que já sabia de antemão sairia derrotado. Mas, decerto, essa visão, ainda que corriqueira, não será aquela que subsidiará os planos do progresso. Será contra a “hostilidade” da natureza que, para vencer, precisará lutar. Seria tal “hostilidade” a responsável pelo “amesquinhamento” do homem.

Veríssimo entendia que se não têm amor ao trabalho seria menos pela preguiça somente

do que porque desprezassem seus proventos. Dado aquele abatimento moral de que foram vítimas, pouco lhes importava a comida ruim, a casa paupérrima, a pouca roupa. Sentem-se à vontade nas extensas florestas dos seringais e dos castanhais. Por processos rudimentares extraem a seringa, são capazes de passar longos dias de fome, bebem água de pântanos e se alimentam de macacos, lagartos e “outros animais repugnantes”, suportam com extraordinária paciência a dolorosíssima picada do pium e de outros insetos malignos. Filhos de selvagens, descendentes dos brasílio-guaranis, nestas florestas “trabalham com ardor, embora sem continuação, bebem, jogam, traficam, enganam e são enganados, passam a noite a beber cachaça e a tocar viola, ganham um salário muitas vezes superior a dez mil-réis diários e voltam mais pobres do que foram, são o mestiço com toda a sua imprevidência”¹⁰.

Para estudar os usos e costumes amazônicos, José Veríssimo informa que não será nos centros mais populosos que vai buscá-los, posto que já obliterados pela civilização, e sim “entre os mais humilhados, porém mais genuínos representantes das raças mestiças, do branco com o índio, e do tapuío, dessa gente para quem a civilização foi madrasta...”. Era necessário ir buscá-los naquela “gente que vive da sua primitiva e mesquinha lavoura de maniva, pescando ou caçando nas águas piscosas dos nossos rios imensos e quase inumeráveis, ou nos fartos e infindos bosques da nossa terra firme...”¹¹.

9. Ibid., p. 23.

10. Ibid., p. 24.

11. Ibid., p. 70.

Poderíamos inferir da narrativa amazônica de José Veríssimo que esta buscava a compreensão “exata” da região, diferente daquela Amazônia romântica que, se lhe legou alguma poesia, “importou no desvirtuamento do que ela representava realmente como espaço, como natureza e como resultante da ação criadora e disciplinadora do homem”¹². Diferente também daquela que ao recusar esse caráter romântico, invoca não a exuberância do meio físico como beleza, fecundidade, salubridade, mas como hostilidade ou, para usar uma palavra mais amena, exotismo, este não somente como descoberta do outro, do diferente, mas como descoberta de que esse outro, esse diferente deve ser encaminhado para não ser nem outro nem diferente.

Veríssimo não reputava que coubesse ao clima qualquer culpa, mas também não reputava que coubesse ao homem a inviabilidade de progresso na região.

Não acredito que nenhuma raça estrangeira do Norte possa aqui fazer prole perdurável, a menos que se não cruze com os elementos indígenas, tapuios, negros ou seus descendentes. Para o indígena, porém, o clima, beneficiado pelas grandes correntes dos ventos alísios, é benigno, e seria até favorável, se não fora a constante e flagrante violação dos primeiros preceitos da arte

de conservar a saúde. Ao forasteiro oriundo dos climas frios, ele será sempre fatal, fazendo assim deste magnífico vale apenas uma região — porventura a mais bela e a mais rica de todas — de mera exploração mercantil.¹³

O autor acreditava que a excelência do meio físico favorecia a criação de uma “sociedade progressista”, como tantas outras existentes em outros lugares, bem como considerava a gente mestiça tão capaz quanto qualquer outra. Mas haveria que se proceder ao incentivo ao povoamento, à agricultura (incluindo aí a pecuária). Reputava ser temerária e mesmo nefasta a dependência exclusiva à valorização da borracha. É ainda a questão do clima que vai levá-lo às suas mais contundentes afirmações, posto que conhecedor do fato de que a Amazônia não é toda ela dominada por um clima “hostil” e por acreditar que o povoamento feito com critério, inteligência e método pode tornar o clima adequado à experiência humana exitosa.

José Maria Ferreira de Castro nasceu em Salgueiras, aldeia situada no povoado de Freguesia de Ossela, povoado dos mais antigos de Portugal, em 24 de maio de 1898. Aos 12 anos de idade, em 1910, completa sua instrução primária, tira um passaporte para o Brasil e parte de Ossela a 6 de janeiro de 1911. Vinha para a Amazônia lendária, para o chamado “In-

12. Prefácio de Arthur Cezar Ferreira Reis. In: VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 2.

13. VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 84.

ferno Verde”.

Em *A Selva*, Ferreira de Castro traz à tona “a vida miserável, o panorama soberbo, o mundo novo, bárbaro e assombroso”, aquela epopeia que assombrava “de que não ajuíza quem no resto do mundo se deixe conduzir, ve-loz e comodamente, num automóvel com rodas de borracha — da borracha que esses homens tiram à selva, misteriosa e implacável”.¹⁴ No romance é evidente, translúcida a causa social, a denúncia dos fatos da injustiça social.

Eu devia este livro a essa majestade verde, soberba e enigmática que é a selva amazônica, pelo muito que nela sofri durante os primeiros anos da minha adolescência e pela coragem que me deu para o resto da vida. E devia-o, sobretudo, os anônimos desbravadores, que viriam a ser meus companheiros, meus irmãos, gente humilde que me antecedeu ou acompanhou na brenha, gente sem crônica definitiva, que à extração da borracha entregava a sua fome, a sua liberdade e a sua existência. Devia-lhes este livro, que constitui um pequeno capítulo da obra que há de registrar a tremenda caminhada dos deserdados através dos séculos, em busca de pão e justiça.¹⁵

Sem dúvida, *A Selva* é um patético docu-

mento sobre as formas modernas de escravidão. Fato esse recorrente na Amazônia de ontem e hoje.

CONCLUSÃO

É de se notar que tanto Euclides da Cunha como José Veríssimo pretendem o progresso para a Amazônia. O que une os dois é precisamente a ideia de que há uma proposição altruísta, humanista-positiva. É justamente a compreensão de que algo se pode erigir, propor soluções. As soluções apontadas, no entanto, seguem rumos diferentes. Aquela apontada por Euclides da Cunha é a da domesticação da natureza (natureza que inclui solo, clima, vegetação, homem) — conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta — como condição do progresso, obedecendo à tradição do evolucionismo positivista, confiante demais na perspectiva civilizatória do progresso técnico-científico. A de José Veríssimo é a de que o progresso chegue tendo em conta o vilipêndio das populações nativas, apontando, por estudos pormenorizados, traços peculiares tanto das populações indígenas e mestiças da Amazônia, como dos problemas e interesses da região.

O que une Euclides da Cunha, José Veríssimo e Ferreira de Castro é o tema da denúncia social. Observando a questão do romance de Ferreira de Castro e dos relatos de Euclides da Cunha e José Veríssimo, o romance de Castro

14. VERÍSSIMO, José, op. cit., 1970, p. 84.

15. CASTRO, Ferreira de, op. cit., p. 15.

é muito mais documental. É quase um documento. Suas personagens, mesmo que figuras retiradas de sua biografia, são uma seleção que reflete a condição humana na Amazônia da borracha. É clara a reflexão igualmente em José Veríssimo. Em Euclides da Cunha se evidencia mais a necessidade de ali se formar um novo povo. A denúncia social fica em segundo plano pelo sobrecarregado das palavras. A grandiloquência, o talento literário, poético, movidos pela incansável busca de prestígio, provoca imprecisões e contradições. Fica em segundo plano igualmente pela proposição de uma nova ordem que é a mesma que engendra a pobreza. Assim, há em Euclides da Cunha uma vitalidade negativa, até por ser um produtor de cânones.

Se repararmos bem, termos que apontam para uma “natureza implacável”, onde se impõem a luta, o isolamento, o abandono, estão presentes nos três autores citados. Mas, porque é a narrativa euclidiana que triunfa sobre as demais?

Estivemos lendo o Euclides da Cunha amazônico também como parte de um projeto de nacionalidade e apreender a sua apropriação/reelaboração significa não isolá-lo com sua obra-prima, *Os Sertões*, desta outra produção que o faz precursor de um conhecimento “sistemizado” sobre a região. Quando seguiu para essa região já era um autor consagrado. A experiência nordestina já lhe dera régua e compasso. Partira para a imensidão da Hiléia para um trabalho de cunho estritamente técnico: ob-

servar o comportamento dos rios nas diferentes estações climáticas, a possibilidade de uma rede de vias navegáveis, etc. No seu idealismo consubstanciava-se a ideia de tudo fazer para o progresso do país, reunir esforços para que a Amazônia entrasse para a História, para uma história “nossa”. Será precisamente nessa perspectiva de construção de uma história “nossa”, do caráter documental de sua obra de que se apropriará o projeto de nacionalidade inaugurado pelo Estado Novo.

O tema sertão¹⁶ aparece na literatura brasileira sob três aspectos: como paraíso, expresso basicamente no romantismo (linha que se mantém no séc. XX através de Catulo da Paixão Cearense, popular e Afonso Arinos, veia mais erudita e de elite); sertão como purgatório, passagem, travessia, penitência e reflexão, como o mundo de Guimarães Rosa e, sertão associado ao inferno:

O destempero da natureza, o desempenho dos que perambulam (retirantes, cangaceiros, volantes, beatos), a violência como código de conduta, o fatalismo são os principais traços apontados. Euclides da Cunha é certamente um dos representantes desta leitura do espaço do sertão como inferno ainda que sua explicação seja de ordem político-cultural. (OLIVEIRA, 1997, p. 200)

Euclides da Cunha produziu narrativas

16. Sertão e selva, no período ao qual estamos nos referindo, são espaços geográficos tomados na relação/oposição à civilização do litoral. São seus similares os espaços de fronteira, tais como o deserto, o pampa, o llano, o altiplano, o mato.

referente ao sertão e à Amazônia (ambos mitos de caráter regional que não foram capazes de incluir a nação em uma única narrativa), marcando o pensamento social ocupado na produção de uma identidade cultural para o país.

É preciso lembrar que um discurso negativo sobre o homem e a natureza da América permite a legitimação da expansão européia. A tese da degeneração dos animais, das plantas e do homem americano, assim como a tese da juventude do continente, abre espaço para a ação civilizada do homem branco. (OLIVEIRA, 1997, p. 204)

Lúcia Lippi Oliveira nos lembra que foi no período 1890/1930 — em plena vigência da República cuja estratégia era manter São Paulo no controle da vida política no país — que se resgata a figura do bandeirante “como símbolo da pujança paulista baseada em qualidades individuais de coragem, determinação e ao mesmo tempo em atributos nacionais, já que fora a ação destes homens que dera sentido à integração territorial do país”. E acrescenta, mais adiante, “os mamelucos formaram uma raça aclimatada ao solo e ao clima, e o êxito da expansão territorial acaba por compensar a dizimação dos povos inferiores” (OLIVEIRA, 1997, p. 209 e 210).

Durante os primeiros anos da República, as incursões ao interior, já iniciadas no Império, se intensificaram e ganharam novos significados: as expedições de Cândido Rondon; a da Comissão Geológica em São Paulo; as dos

astrônomos Louis Cruls, em 1892, ao Planalto Central visando à mudança da capital; e, as expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz. A viagem de Euclides da Cunha a Canudos e o impacto de *Os Sertões* na intelectualidade do período atestam o grau de importância que assumira a interiorização do país. O sertão, para os intelectuais-cientistas do primeiro período republicano, integra o mesmo campo semântico de incorporação, progresso, civilização e conquista (LIMA, 1997, p. 167). Assim,

Em diálogo com o sertanismo de inspiração romântica, mas não necessariamente em oposição a ele, é possível também falar de um movimento de valorização do sertão que acompanhou projetos de construção de ferrovias, de delimitação de fronteiras, de saneamento, de mapeamento cartográfico e utilização de recursos naturais. Fortemente associado à presença do Estado, ele reuniu atores sociais informados pelo cientificismo dominante entre a intelectualidade. (LIMA, 1997, p. 164)

Razões de natureza estratégica, especialmente o problema das fronteiras, eram igualmente levadas em consideração no conjunto de sua obra. O país deveria rumar em direção ao Pacífico e tecer uma malha ferroviária capaz de integrar suas distintas regiões. Daí a admiração que, mais de uma vez, manifestou pelas atividades de Rondon. (LIMA, 1997, p. 172)

Cândido Mariano da Silva Rondon, figura mítica da história do Brasil republicano, intitulava-se um “sertanista” que há vinte anos lidava *com as rudezas semibárbaras da linguagem dos caboclos e com as asperezas torturantes dos idiomas indígenas* (LIMA, 1997, p. 174).

Uma das leituras da obra de Euclides da Cunha, apropriada pelo Estado Novo, foi precisamente aquela que não vê aí o sertanejo como degenerado (por conta da miscigenação) e sim como retrógrado. O atraso se deve ao abandono e não a determinações de ordem genética. À civilização caberia “sincronizar os tempos sociais do sertão e do litoral, trazendo para o nosso tempo ‘aqueles rudes compatriotas retardatários’”. A ação governamental seria capaz de conciliar “a diferença entre tempos sociais”, posto que a ela cabia “trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade” (OLIVEIRA, 1997, p. 201).

Note-se que essa leitura corresponde àquela ideia preconizada por Bilac, Alberto Torres e outros autoritários, agora mais elaborada. Euclides da Cunha, o “missionário do progresso”, na Amazônia,

propõe a recuperação do rio Purus, a construção de uma estrada de ferro — a Transacreaana — que seria capaz de espalhar frentes de colonização e proteger as fronteiras do país. Neste sentido, Euclides pode ser visto como um precursor de idéias e projetos que foram implementados com, ou sem sucesso, anos mais tarde, como a Madeira-Mamoré, o

IBGE, o DNOCS e, até mesmo, a Calha-Norte. (OLIVEIRA, 1997, p. 202)

Com efeito, Euclides da Cunha idealizou o projeto de uma ferrovia transacreaana, minuciosamente descrito, como uma “grande estrada internacional de aliança civilizadora, e de paz”. Como afirma Francisco Foot Hardman, ao idealizá-la “em meio a argumentos técnicos, geopolíticos e econômicos, elabora uma visão plenamente organicista, tornando o caminho de ferro corpo vivo e integrado num movimento evolutivo uniforme da sociedade em relação à natureza” (HARDMAN, 1991, p. 101). Exemplifiquemos, como faz Hardman:

Todas as grandes estradas, no evitarem os empecos que se lhes antolham, transpondo as depressões e iludindo os maiores cortes com os mais primitivos recursos que lhes facultem um rápido estiramento dos trilhos, erigem-se nos primeiros tempos como verdadeiros caminhos de guerra contra o deserto, imperfeitos, selvagens... Depois envolvem; e crescem, aperfeiçoando os elementos da sua estrutura complexa, como se fossem enormes organismos vivos transfigurando-se com a própria vida e progresso que despertam. (HARDMAN, 1991, p. 101)

À visão aguda “das linhas desviantes do progresso”, o engenheiro-militar-artista “contrapõe um projeto integral de civilização, inspirado, também, nos melhores exemplos do

neocolonialismo europeu na África e na Ásia. A ciência toma o lugar, aqui, das antigas missões religiosas”. E Hardman percebe, de forma certa, tratar-se “de um transplante ainda mais radical da cultura”, expressado assim por Euclides da Cunha:

Abra-se qualquer regulamento de higiene colonial. Ressaltam à mais breve leitura os esforços incomparáveis das modernas missões e o seu apostolado complexo que, ao revés das antigas, não visam a arrebatar para a civilização a barbaria transfigurada, senão transplantar, integralmente, a própria civilização para o seio adverso e rude dos territórios bárbaros. (HARDMAN, 1991, p. 104)

Euclides da Cunha juntou às convenções narrativas o seu próprio talento e experiência pessoal. Agora, se faz mister refletir, acreditar-se que essa narrativa por ser estética, erudita, plástica — extremamente rica, sem dúvida — representa, reflete “de fato” a Amazônia, é um tanto frágil e certamente burlesco. Mas foi eficiente, muito eficiente. A Amazônia estava rotulada: a vida ali ajusta-se aos ditames do “paraíso diabólico” da selva.

A compreensão da importância do sertanejo- ou do homem do interior- para a formação da nação, na Amazônia, reduziu-se à confirmação dos estereótipos da indolência e da preguiça, estabelecidos pelo preconceito telúrico, cujos efeitos nefastos são visíveis ainda

nos dias atuais.

O autor fornecerá subsídios para o enfrentamento daquela “terra ignota” à burocracia ilustrada da República e influenciará a maior parte da produção literária que, a partir de então, tomará a Amazônia como cenário de suas obras, até que, nos anos quarenta do século XX, venha a surgir uma visão mais autóctone da região, muito especialmente com Dalcídio Jurandir (dentre outros títulos, *Chove nos campos de Cachoeira*, 1941; *Marajó*, 1947; *Três casas e um rio*, 1958; *Passagem dos Inocentes*, 1963; e, *Primeira manhã*, 1968).

Será contra, justamente, o preconceito telúrico, posto que estigmatizara a região, que levantar-se-á a voz daqueles que lutaram firme e arduamente para combatê-lo. Sem dúvida, uma interpretação já consagrada é difícil de ser derrubada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Ferreira de. *A Selva*. 23^a ed. Lisboa: Livraria Editora Guimarães e Cia., s/d.

CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido* (ensaios, estudos e pronunciamentos sobre a Amazônia) 2^a.ed. Organização, introdução e notas de Leandro Tocantins. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

EAGLETON, Terry. *Teoria da Literatura: uma introdução*. Trad. de Waltensir Dutra. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma. A modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político. A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- LIMA, Nísia Trindade de. “*Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil*”. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V. V (Suplemento), 1997.
- MALIGO, Pedro. *A Amazônia de Alberto Rangel, Gastão Cruls e Peregrino Jr.: o paraíso diabólico da floresta*. Rio de Janeiro: PUC/Dep. de Letras, 1985.
- MASSAUD, Moisés; PAES, José Paulo (org.). *Pequeno Dicionário da Literatura Brasileira*. 6ª. Ed., atualizada. São Paulo: Editora Cultrix, 2001.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “*A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro*”. In: História, Ciências, Saúde- Manguinhos. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Casa de Oswaldo Cruz. V.V(Suplemento), 1997.
- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SANTANA, José Carlos Barreto de. *Ciência & Arte: Euclides da Cunha e as Ciências Naturais*. São Paulo: Hucitec; Feira de Santana: Universidade Federal de Feira de Santana, 2001.
- VERÍSSIMO, José. *Estudos Amazônicos*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.